



CADERNO OPINIÃO

PORQUE FALAR DE GÁS?

autora: leda Gomes
novembro.2014

SOBRE A FGV ENERGIA

A FGV Energia é o centro de estudos dedicado à área de energia da Fundação Getúlio Vargas, criado com o objetivo de posicionar a FGV como protagonista na pesquisa e discussão sobre política pública em energia no país. O centro busca formular estudos, políticas e diretrizes de energia, e estabelecer parcerias para auxiliar empresas e governo nas tomadas de decisão.

DIRETOR

Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

COORDENAÇÃO DE RELAÇÃO INSTITUCIONAL

Luiz Roberto Bezerra

COORDENAÇÃO OPERACIONAL

Simone C. Lecques de Magalhães

COORDENAÇÃO DE PESQUISA, ENSINO E P&D

Felipe Gonçalves

PESQUISADORES

Bruno Moreno Rodrigo de Freitas
Larissa de Oliveira Resende
Mariana Weiss de Abreu
Renata Hamilton de Ruiz
Tatiana de Fátima Bruce da Silva
Vinícius Neves Motta

CONSULTORES ASSOCIADOS

Ieda Gomes - Gás
Nelson Narciso - Petróleo e Gás
Paulo César Fernandes da Cunha - Setor Elétrico

ESTAGIÁRIAS

Júlia Febraro F. G. da Silva
Raquel Dias de Oliveira



OPINIÃO

PORQUE FALAR DE GÁS NATURAL?

Ieda Gomes

Consultora FGV

“O Brasil precisa falar mais sobre Gás Natural. E, sobretudo, agir mais decisivamente.”

Sucessivos planos governamentais foram iniciados a partir da segunda metade da década de 80, quando se assinaram contratos para compra de Gás Natural da bacia de Campos para São Paulo. O Plano Nacional do Gás Natural (PLANGAS) do Ministério de Minas e Energia, lançado em 1987, não teve resultados conclusivos. Foi seguido de um segundo plano, iniciado em 1992, com o objetivo de ampliar a participação do Gás Natural de 2% para 12%, até o final da década de 90.

Em 2006, a Petrobras lançou um outro PLANGAS, o Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural, contemplando projetos em exploração produção, processamento e transporte de Gás Natural, com o objetivo de aumentar a oferta de Gás Natural para 55 milhões de metros cúbicos por dia (MMm³/dia) até o final de 2010.

Nenhum desses planos conseguiu cumprir seus objetivos.

Existe uma grande convergência de opiniões sobre a importância da participação do Gás Natural na matriz energética brasileira, devido às suas características como combustível limpo e flexível, e sobre a necessidade de incentivar seu uso, visando melhorar a qualidade ambiental em regiões metropolitanas e garantir a competitividade da indústria brasileira. Mais recentemente, tem-se falado muito no Gás Natural na geração de eletricidade, devido ao seu papel fundamental em garantir o suprimento de energia no país, em um momento em que os reservatórios hidrelétricos das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste se encontram em nível crítico. No entanto, não existe convergência de opiniões sobre o melhor perfil de utilização do gás

nesse segmento, com algumas correntes defendendo a geração na base, outras entendendo que a geração a Gás Natural deveria ser apenas em complementação das hidroelétricas.

Até 2011, o Gás Natural era consumido preponderantemente no setor industrial, que consumia cerca de 66% do gás ofertado ao mercado. Em 2013-2014, a situação se inverteu, com o setor elétrico respondendo por 47% do consumo, gerando a necessidade de importar Gás Natural Liquefeito (GNL), a preços 50% superiores aos preços do gás nacional e do gás importado da Bolívia. O GNL é importado em contratos spot e de curto prazo, porque as usinas termoeletricas não são despachadas na base e os preços dos leilões de eletricidade não reconhecem a necessidade de remunerar plenamente os custos fixos do suprimento de gás quando as usinas não são despachadas. Caso e quando os reservatórios se recuperem, a situação poderá se inverter novamente, com usinas termoeletricas operando unicamente na ponta. Há ainda que se considerar a necessidade de garantir o pagamento de capacidade para termoeletricas a gás, pois os leilões de eletricidade têm privilegiado energias intermitentes, como a eólica, o que torna necessário construir back-up térmico adicional, já que não se permite a construção de usinas hidroelétricas com reservatórios.

O perfil cada vez mais hidrotérmico da matriz energética brasileira requer um planejamento integrado do setor de gás e do setor elétrico. Caso não sejam dados sinais econômicos para construção de termoeletricas a gás, a alternativa será construir usinas a carvão e óleo combustível, mais poluentes e menos eficientes.

A mesma falta de visibilidade de longo prazo tem afetado os investimentos para uso de Gás Natural em Veículos (GNV), que teve diversas fases de altos e baixos desde o início dos anos 90. Empresas distribuidoras de gás e de combustíveis fizeram enormes investimentos em infraestrutura de redes e postos automotivos; o número de veículos chegou a

1,7 milhão, com milhares de postos espalhados pelo país. A nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia, em 2006, gerou insegurança quanto ao suprimento de gás ao Brasil e, em consequência, a desaceleração das conversões de veículos para Gás Natural. Mais recentemente, o congelamento dos preços da gasolina vem obstaculizando a decisão econômica do consumidor em converter seu veículo para Gás Natural, a despeito de o Brasil importar quantidades crescentes de gasolina.

No setor industrial, paira a preocupação sobre a perda crescente de competitividade da indústria brasileira por falta de energia a preços competitivos e, particularmente, diante dos Estados Unidos, que passam a atrair investimentos de grandes grupos industriais devido à disponibilidade de Gás Natural abundante e barato.

Assim como vem ocorrendo com os derivados de petróleo, o Brasil vem aumentando sua dependência de Gás Natural importado. Em agosto de 2014, a oferta de gás importado atingiu em média 52 MMm³/dia, cerca de 53% do volume ofertado ao mercado, o que dificulta a decisão dos agentes do setor quanto a investimentos de longo prazo pela falta de visibilidade quanto à oferta. A suspensão das rodadas de exploração de petróleo e gás por cinco anos, além de interromper investimentos das empresas de petróleo, deverá impactar a disponibilidade de gás nacional no médio e longo prazos. Pairam ainda dúvidas sobre a capacidade da Bolívia em manter os volumes atualmente supridos ao Brasil, cerca de 30 MMm³/dia, quando o contrato de suprimento expirar em 2019, já que aquele país tem compromissos em abastecer a Argentina e o mercado local, e não tem logrado atrair investimentos substanciais em exploração e desenvolvimento.

Enquanto o Brasil decidiu interromper, em 2008, a prática consagrada de rodadas anuais de E&P, que vinham ocorrendo ininterruptamente desde 1999 – as quais, diga-se de passagem, geraram os investimentos para o desenvolvimento e produção atual do pré-sal, os Estados Unidos incentivaram a

produção independente de gás de folhelho (shale gas), passando de importador a exportador de Gás Natural, no curto período de 10 anos.

Em face dessa miríade de questões e desafios, o Brasil precisa falar mais sobre o Gás Natural. E, sobretudo, agir mais decisivamente.

Além das questões econômicas, as questões de saúde pública também se impõem. Segundo estudo recentemente publicado pela Universidade de São Paulo, a poluição atmosférica deverá causar a morte de até 256 mil pessoas e a internação de 1 milhão de pessoas nos próximos 16 anos, no Estado de São Paulo. O estudo calcula um gasto público estimado em mais de R\$ 1,5 bilhão relativo aos impactos na saúde da população nesse período. É de se prever que situações semelhantes se repitam em outras regiões metropolitanas brasileiras. O uso de Gás Natural, em substituição a combustíveis líquidos e sólidos, poderia contribuir para atenuar esse quadro, sobretudo se utilizado no setor de transportes e na indústria.

Os agentes do setor – produtores, distribuidores e consumidores – precisam de sinais econômicos de longo prazo quanto à oferta e preços de gás para tomarem decisões de investimento para os próximos 10-20 anos. Os investimentos em infraestrutura de Gás Natural são intensivos em capital, com longo prazo de maturação. Falta

visibilidade quanto à oferta de Gás Natural, tanto importado como nacional. E falta visibilidade quanto à demanda, em função das incertezas quanto à matriz de preços e do papel do gás na geração de eletricidade.

A FGV Energia tomou a iniciativa de liderar o debate, visando obter propostas e alternativas construtivas para um setor de gás sustentável no Brasil. Através do questionamento crítico da sua equipe de pesquisadores e de entrevistas, realizadas ao longo de seis meses com especialistas e líderes do setor, a FGV Energia elaborou um quadro abrangente sobre os principais temas que vêm impactando o desenvolvimento do setor e as principais preocupações dos agentes investidores.

Existe uma quase unanimidade e convergência, entre todos os agentes ouvidos, sobre a necessidade de um planejamento integrado e participativo para o setor, e a urgência em se elaborar uma agenda prática e construtiva.

O lançamento do Caderno de Gás Natural é uma primeira etapa desse trabalho de reflexão, a qual será seguida pelo aprofundamento dos grandes temas em sessões de trabalho específicas durante o ano de 2015. Essa iniciativa da FGV Energia decerto contribuirá para elucidar a questão sobre por que se deve falar, e agir, sobre o Gás Natural.



Ieda Gomes. Mestre em Energia pela USP e Engenharia Ambiental pela Ecole Polytechnique Federale de Lausanne, Engenheira Química pela UFBA. É membro do Conselho da Câmara de Comércio Brasil-Grã-Bretanha em Londres, diretora na Divisão de Energia do Departamento de Infraestrutura da Federação da Indústria do Estado de S. Paulo e membro do Board da Bureau Veritas (França) e da InterEnergy Holdings (IEH).

 FGV ENERGIA

fgv.br/energia

